

## **BOLETIM 297**

**Brasília, 16 de fevereiro de 2017**

# Procurador geral do Trabalho critica reforma Trabalhista e diz que conflitos na Justiça continuarão

O procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury (*foto*), em audiência, hoje (16), na Comissão Especial instalada na Câmara dos Deputados, criticou a proposta de Reforma Trabalhista (PL 6787/16) enviada ao Congresso pelo Executivo. Para ele, apesar de o argumento usado de que a CLT é velha e que precisa ser modernizada, mais de 85% dela já foi modificada.

Um dos principais pontos da reforma, a segurança jurídica das negociações coletivas de trabalho, foi criticada por Fleury. Segundo ele, já existe essa figura, mas não é possível diminuir direitos. “E com uma nova lei, os juízes vão continuar interpretando as leis de forma diferente”, disse.

Para ele, é preciso ver a experiência de outros países que flexibilizaram suas legislações. Espanha e México foram colocados como exemplo, e pelos dados da OIT, a maior consequência foi a mudança de trabalhos seguros por trabalhos temporários. A extensão de trabalho temporário, de 25 para 30 horas é um dos pontos da reforma.

**Ministro do Trabalho volta a defender reforma trabalhista -** O ministro do



Trabalho, Ronaldo Nogueira, na audiência hoje da Comissão Especial da Reforma Trabalhista (PL 6787/16), defendeu novamente a proposta enviada pelo governo. Segundo ele, a proposta não retira nenhum direito, e apenas procura dar segurança jurídica para os acordos coletivos em que empregados e patrões negociam a melhor forma de usufruir desses direitos.

“Estamos dando à convenção coletiva de trabalho força de lei para deliberar sobre 13 itens, especificar a forma como o trabalhador usufrui de um direito, mas desde que não retire direitos”, disse.

**Presidente do TST também defende reforma -** Na mesma audiência, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho, defendeu a necessidade da reforma trabalhista, principalmente para harmonizar os dissídios na Justiça. Para ele, além da insegurança jurídica para empregadores, o tempo das ações, com média de 5 a 10 anos, também não é favorável aos trabalhadores.

Para ele, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto Lei 5452/43) tem deficiências, e como exemplo citou duas formas de trabalho que não estão previstas: o teletrabalho,

que não é regulamentado, e a terceirização, que ainda hoje depende de uma súmula do TST.

Apesar de esses pontos não estarem na reforma, para ele, isso mostra que há espaço para mudanças. “É preciso saber o que queremos do direito do trabalho, se mais ou menos rigidez, um ajuste fino, mas do jeito que está nós vamos aumentar o desemprego”, disse.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## FST volta a criticar mudanças na lei trabalhista

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que reúne 19 Confederações, entre as quais CONTRICOM, por ocasião da audiência na Câmara dos Deputados, voltou a reafirmar sua posição contrária à reforma trabalhista proposta pelo governo.

Essa posição já havia sido manifestada em reunião do Fórum, em Brasília, quando recebeu, recentemente, o ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira, do Trabalho. Esteve presente à reunião, fazendo uso da palavra, quando criticou o conteúdo da proposta, o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho.

Na ocasião, participaram do encontro, além do presidente da CONTRICOM, representantes da CNTI, CNTA/Afins (alimentação), CNPL (profissionais liberais), Contec (bancários), CNTM (metalúrgicos), CNTTT (transportes terrestres), CNTEEC (educação e cultura), CNTS (saúde), CSPB (funcionalismo), Cobap (aposentados), Contricom (construção), CNTQ (químicos), Conatec (condomínios), entre outras. Todos foram



unânimes em condenar a proposta governamental e se recusaram a discutir qualquer alteração nos termos apresentados pelo governo.

O coordenador geral do FST, Arthur Bueno de Camargo (**foto**), que também preside a CNTA, concedeu uma entrevista sobre o assunto. Reproduzimos a seguir os principais trechos da entrevista.

**POSIÇÃO** – “As Confederações têm um posicionamento próprio. Aliás, já nos manifestamos ainda no começo do governo Lula, quando o Fórum Nacional dos Trabalhadores (FNT), que era governista, tentou redesenhar o sindicalismo brasileiro, desconsiderando o que havia sido historicamente construído”.

**DIÁLOGO** – “Nossa disposição para o diálogo é permanente. Aceitamos discutir um projeto de reforma que seja construído de forma coletiva e não gestado pelo governo e imposto de cima pra baixo à classe trabalhadora. Há mudanças cabíveis, inclusive na CLT. Cabe identificar esses pontos e discutir formas de atualização”.

**EMPREGO** – “Alertamos o ministro de que a reforma pretendida pelo governo não traz qualquer solução para o grande problema do trabalhador, que é o desemprego, ou para frear a rotatividade. Reforma que não estimule o emprego



nem aponte para o crescimento pode interessar ao capital, mas não atende ao trabalhador. Achamos muito ruim o governo adotar as propostas da CNI”.

**ENCAMINHAMENTOS** – “O Fórum pediu ao ministro a retirada da urgência na tramitação da reforma. Mas não basta. Vamos mobilizar Federações e Sindicatos em ações nas bases eleitorais dos parlamentares, fazendo pressão. Vamos promover mobilizações nas bases trabalhadoras e também atos nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas”.

**MONSTRENGO** – “O Fórum tem uma visão muito crítica a respeito do projeto de reforma. Dissemos isso ao ministro, que, aliás, sempre é muito atencioso. Mas o item mais lesivo desse monstrengo é a imposição do negociado sobre o legislado”.

**PRECARIIDADE** – “Aproveitamos a visita do ministro Ronaldo para alertar, de novo, sobre a precariedade do Ministério do Trabalho e a crônica falta de pessoal. O ministério poderia ajudar no combate à informalidade, produzindo resultados positivos também na arrecadação da Previdência”.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM/FST*

## Temer diz que Constituição já prevê reconhecimento de convenção coletiva

O presidente Michel Temer disse nesta terça-feira (14) ao ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que a Constituição reconhece, em seu capítulo sobre direitos sociais, os acordos coletivos e convenções de trabalho como instrumentos de negociação entre trabalhadores e empregadores. A

observação foi feita durante anúncio do calendário de saques das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no Palácio do Planalto.

A equiparação das convenções coletivas com a legislação é um dos principais pontos da proposta de modernização da legislação trabalhista apresentada pelo ministro Ronaldo Nogueira em dezembro e encaminhada ao Congresso Nacional. O projeto permite que empresários e trabalhadores, por meio de seus sindicatos de classe, estabeleçam a forma de usufruir de direitos em 12 pontos.

“Interpretando o texto constitucional, eu disse: mas será que a convenção coletiva, o acordo coletivo aqui reconhecido e enaltecido, colocado com um dos fundamentos estruturais do Estado brasileiro, será que a convenção coletiva só se pode fazer aquilo que está elencado no direito social? Haveria necessidade de uma convenção coletiva de um acordo coletivo, para arrolar os direitos que já estão previstos na Constituição? Digo eu: não”, afirmou o presidente.

O inciso 26 do artigo 7º da Constituição elenca como direito dos trabalhadores urbanos e rurais o “reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho”. “Na interpretação do texto constitucional, se houve reconhecimento, portanto enaltecimento da convenção coletiva de trabalho, foi para dizer: olha aqui, se empregadores e empregados fizeram um acordo, este acordo trará regra e normas e preceitos diferenciados daqueles que já são a garantia mínima do trabalhador”, disse o presidente.

O ministro afirmou que a proposta de modernização da legislação trabalhista mantém todos os direitos dos trabalhadores previstos na Constituição e na CLT e que os acordos coletivos e



convenções de trabalho não podem ser usados para diminuir direitos. “Direito não se revoga, se aprimora”, afirmou o Ronaldo Nogueira.

*Fonte: MT*

## **Padilha: mesmo com reforma da Previdência será preciso nova fonte de recursos**

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que, mesmo com a reforma da Previdência, em 2026 será necessário ter uma nova fonte de recursos para o setor sob pena de "estrangular" gastos discricionários como investimentos e despesas na área social.

Sem a reforma, Padilha disse que em 2024 estes gastos já não poderão ser realizados. Ele participa de audiência pública da Comissão Especial da Reforma da Previdência. Também está presente o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, que falará em seguida.

A comissão analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, que altera regras em relação à idade mínima e ao tempo de contribuição para se aposentar, à acumulação de aposentadorias e pensões, à forma de cálculo dos benefícios, entre outros pontos.

**Média de contribuições** - Padilha disse que a maioria dos países tem idade mínima para a aposentadoria e, na América Latina, somente o Brasil e a Colômbia teriam regras que possibilitam a aposentadoria com 100% da média de contribuições. De qualquer forma, o ministro

lembrou que, com o fator previdenciário, as aposentadorias equivalem a 70 ou 80% da média.

Nas contas do ministro, que soma o déficit do sistema geral (RGPS) com o déficit do sistema dos servidores públicos (RPPS), o déficit previdenciário foi de R\$ 127 bilhões em 2014 e deve subir para mais de R\$ 260 bilhões este ano.

*Fonte: Agência Câmara*

## **Paim registra apoio de vereadores e prefeitos a movimento contra reforma da Previdência**

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou nesta quarta-feira (15) o apoio à luta contra a reforma da Previdência de integrantes de diversas câmaras de vereadores e prefeituras, inclusive de municípios governados por partidos que dão sustentação, no plano federal, as mudanças propostas pelo governo.

Paim leu um dos documentos de apoio ao movimento contra a reforma proposta pelo governo Temer, que tramita na Câmara dos Deputados. Os vereadores e do prefeito de Sede Nova, município localizado no interior do Rio Grande do Sul, com 3.057 mil habitantes, afirmam que a reforma pode ocasionar prejuízos aos trabalhadores das zonas rural e urbana e, conseqüentemente, à economia dessas localidades.

— Eles me deram um dado só. Uma trabalhadora rural perderá, em dez anos, se ganhar um salário-mínimo, algo mais ou menos em torno

de R\$ 150 mil. Que poderiam estar sendo investidos na economia do município, que vai desaparecer. Se calcularmos o pessoal que ganha mais, calculem o prejuízo que terá cada município. Há um movimento nacional dos prefeitos contra essa reforma — afirmou.

O senador lembrou ainda que o ex-presidente Lula, no auge de sua popularidade, teve de ceder, em negociação com o Congresso Nacional, para ver aprovada a sua proposta de Reforma da Previdência.

Fonte: Agência Senado

## CNT: 10,3% aprovam governo Temer e 44,1% reprovam

Pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) com o instituto MDA divulgada nesta quarta-feira (15) mostra que 10,3% dos brasileiros entrevistados consideram positivo o governo do presidente Michel Temer (*foto*), 44,1% avaliaram de forma negativa. Para 38,9%, o governo é regular e 6,7% não responderam ou não souberam opinar.

Na pesquisa divulgada em outubro passado, 14,6% avaliaram positivamente o governo e 36,7%, negativamente. Os que consideravam o governo regular somaram 36,1% e 12,6% não souberam opinar.

**Desempenho pessoal** - Sobre o desempenho pessoal do presidente, 24,4% aprovam, 62,4% desaprovam e 13,2% não souberam opinar.



O levantamento anterior indicava 31,7% de aprovação do desempenho pessoal de Temer e 51,4% de desaprovação.

**Expectativa** - Os entrevistados também foram questionados sobre a expectativa, para os próximos seis meses, em relação a emprego, saúde e educação.

De acordo com a pesquisa, 31,3% acreditam que o nível de emprego vai melhorar; 30,6%, que vai piorar; e 35,9%, que a situação vai se manter como está.

Sobre saúde, 25,7% dos entrevistados acreditam que a situação na área vai melhorar; 34,8%, que vai piorar; e 38%, que vai se manter como está.

Em educação, 28,9% dos entrevistados afirmaram que o setor vai melhorar; 28%, que vai piorar; e 40,8%, que vai se manter igual.

No quesito segurança pública, 20,4% acreditam em melhora; 46,6% avaliaram que haverá uma piora; e 31,6% avaliaram que a situação permanecerá no mesmo patamar.

**Corrupção** - Em relação ao combate à corrupção, 40,1% dos entrevistados avaliam que o combate é igual nos governos Temer e Dilma,



27,3% consideram que é maior no governo Temer e 24,2% que era maior no governo Dilma.

Sobre o registro de casos de corrupção nos três níveis de Poder, a maior parte dos entrevistados (33,3%) considera que o índice se mantém igual entre eles. Para 23,7%, a maior ocorrência se dá no Legislativo, seguido do Executivo (19,4%) e do Judiciário (10,2%).

Em relação às investigações no âmbito da Operação Lava Jato, 89,3% têm acompanhado ou já ouviram falar. Entre eles, 39,6% acham que a estratégia vai diminuir pouco a corrupção no país e 28,5%, que vai diminuir muito a corrupção. Para 23,6%, a corrupção deve se manter igual mesmo com a Lava Jato e 4,9% consideram que a operação vai acabar com a corrupção.

A pesquisa divulgada hoje ouviu, de 7 a 11 deste mês, 2.002 pessoas em 138 municípios de 25 unidades federativas das cinco regiões do país. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais com 95% de nível de confiança.

*Fonte: Agência Brasil*

## Transferência de contas inativas do FGTS para outros bancos será feita sem taxas

A transferência de recursos de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) da Caixa Econômica Federal para outros bancos poderá ser feita sem cobrança de taxas, a pedido do trabalhador. Respeitado o calendário de saque das contas inativas, o beneficiário deve ir a uma agência da Caixa para realizar a operação de

transferência – DOC ou TED – para conta de outros bancos.

Caso o trabalhador tenha uma conta poupança na Caixa, o dinheiro da conta inativa do FGTS será transferido automaticamente para essa aplicação. Apenas nesses casos, o beneficiário terá até 31 de agosto para transferir o dinheiro dessa conta para conta de outro banco, também sem taxas. A operação pode ser feita pelo site criado pela Caixa para o saque do FGTS das contas inativas, no endereço [www.caixa.gov.br/contasinasivas](http://www.caixa.gov.br/contasinasivas). Para ter acesso às opções da página, o trabalhador deve informar o número de inscrição do PIS e o CPF.

**Saques** - Trabalhadores que têm até R\$ 1,5 mil em contas inativas do fundo poderão resgatar o dinheiro em caixas eletrônicos usando apenas a senha do Cartão Cidadão, mesmo que tenha perdido o documento. Para valores até R\$ 3 mil, o saque só será feito com o cartão e a respectiva senha. Também será possível retirar o dinheiro diretamente em lotéricas – para saques até R\$ 3 mil – e nas agências bancárias.

Para reforçar os atendimentos, a Caixa vai abrir as agências em um sábado por mês até julho, com exceção de abril (18 de fevereiro, 11 de março, 13 de maio, 17 de junho e 15 de julho).

A retirada do dinheiro das contas de FGTS inativas só poderá ser feita até o dia 31 de julho.

*Fonte: Agência Brasil*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**